

Empresários pedem foco nos impostos e infraestruturas

Executivo ■ A estabilidade é sempre desejável, sobretudo num momento tão incerto a nível global, mas as empresas pedem já medidas concretas para reduzir impostos e avançar com projetos cruciais para a economia.

João Barros
jbarros@medianove.com

A atual instabilidade e incerteza política preocupa empresários e economistas, que pedem sobretudo medidas de alívio fiscal e acordos duradouros para investimento em infraestruturas de transporte apesar de reconhecerem a dificuldade de se encontrar uma solução governativa estável para os próximos quatro anos. A margem para acordos iniciais parece existir, mas dependerá da vontade política corresponder aos alertas dos empresários.

A solução de Governo que emergirá das eleições do passado domingo é ainda incerta, gerando alguma preocupação em vários sectores estratégicos da economia nacional. Com montantes sem igual a chegarem à economia nacional ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), uma situação energética ainda incerta e tensões geopolíticas em alta pelo mundo fora, a estabilidade interna torna-se ainda mais importante. Acresce a isto a necessidade invocada por inúmeros sectores e analistas de uma redução na carga fiscal, de forma a melhorar a competitividade das empresas e o poder de compra das famílias.

“Qualquer que seja o contexto, o país precisa de equilíbrio. Numa conjuntura tão delicada como a que enfrentamos essa necessidade é ainda maior. A instabilidade política afetará a economia em diversos aspetos, designadamente ao nível de uma

menor celeridade na execução dos fundos europeus e de uma desconfiança dos investidores, condicionando a atratividade do nosso país na captação de investimento, nacional e estrangeiro”, começa por referir Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP).

Como tal, a redução da carga fiscal é dos temas que a associação coloca como prioritários para o início da legislatura, tanto no IRS, como no IRC, e acompanhados de uma “simplificação fiscal”. Jorge Henriques, presidente da Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA), acrescenta o “edifício fiscal do IVA”, que se “tornou numa ‘manta de retalhos’” aplicada “com distorções”, necessitando assim de “uma harmonização e ser olhado em termos de competitividade fiscal”.

“Serão precisamente as medidas de desagravamento fiscal aquelas que mais depressa possam ser sentidas pelos portu-
guese-

“Qualquer que seja o contexto, o país precisa de equilíbrio. Numa conjuntura tão delicada como a que enfrentamos essa necessidade é ainda maior. A instabilidade política afetará a economia em diversos aspetos”, alerta Luís Miguel Ribeiro

ses. A conjugação disto com a provável descida das taxas de juro antes do verão levará a um crescimento do rendimento disponível de muitas famílias e ao sentimento de mudança para melhor que se exige”, considera Pedro Brinca, juntando ainda a redução do IMT. Ainda assim, o economista e professor universitário vê um acordo de regime como difícil.

“O ideal seria um acordo de regime em que (pelo menos) os dois maiores partidos se pudessem entender sobre uma estrutura fiscal que assegurassem durante um período alargado. No entanto, não acredito que isso seja possível. Foi tentando com Passos Coelho e António José Seguro, mas, quando António Costa tomou o poder, rasgou o acordo e voltou a mudar o sistema fiscal”, relembra.

Outras questões estruturais são prioritárias para a AEP e FIPA, como os apoios à internacionalização e exportação, incentivos à inovação ou a redução da burocracia, mas há uma que merece o destaque também do sector da hotelaria: as infraestruturas de transporte. O impacto na competitividade da economia é óbvio e, após anos de falta de investimento, o aeroporto de Lisboa e os portos do país necessitam de uma atenção redobrada.

Lembrando o crescimento do turismo nos últimos anos e o impasse em torno do aeroporto de Lisboa, Bernardo Trindade, presidente da Associação de Hotelaria de Portugal (AHP), pede “uma decisão o mais rapidamen-



LUSA

te possível” e que “trate com a mesma dignidade o médio e o longo prazo”.

Por outro lado, Jorge Henriques sublinha o impacto negativo das “infraestruturas portuárias, que não respondem às necessidades atuais”, criando “enormes constrangimentos” ao sector agroalimentar.

Eleições antecipadas

continuam em cima da mesa

Sublinhando que não apoiam qualquer solução governativa específica, as associações contactadas pelo JE pedem sobretudo ação, sob pena de o país continuar “parado”, como descreve o presidente da FIPA. O apelo é, portanto, ao “bom senso” dos políticos.

“O maior risco é a ausência de políticas públicas que permitam



Luís Miguel Ribeiro
Presidente da AEP



Jorge Henriques
Presidente da FIPA



inverter o caminho de empobrecimento relativo do país e evitar que Portugal fique cada vez mais na cauda da Europa”, aponta Luís Miguel Ribeiro, lembrando que as projeções de Bruxelas apontam para que a Roménia ultrapasse Portugal em PIB per capita em paridade de poder de compra já este ano.

A incerteza quanto à formação de Governo e a forma como o Parlamento se dividirá nesta legislatura deixam, contudo, pouca margem para perspetivar acordos, considera Pedro Brinca. Depois de uma primeira fase em que “é imperativo que o Governo liderado por Luís Montenegro apresente um orçamento retificativo no primeiro dia que tomar posse”, os acordos serão mais complicados.

“É muito provável que em

novembro possa haver chumbo do Orçamento do Estado se Montenegro persistir na linha vermelha que traçou relativamente ao Chega e Pedro Nuno Santos sintam que o eleitorado não está a sentir a mudança prometida”, projeta. “O cenário de eleições antecipadas é algo que naturalmente provoca instabilidade e poderá minar a confiança que será precisa criar para que as medidas fiscais que visam atrair quem queria criar valor e emprego no nosso país possam ter efeito.”

Numa nota mais otimista, Bernardo Trindade recorda a desconfiança inicial em relação à duração da ‘geringonça’. Como tal, a palavra de ordem por enquanto é “prudência”, dado que “o fundamental é assegurar a estabilidade política”.

Breves

Turismo vê receita abrandar em janeiro

INE ■ Sector registou um aumento de 9,4% nas receitas totais, chegando aos 230,8 milhões de euros no primeiro mês do ano. É um abrandamento em relação ao ritmo de crescimento de dezembro, quando as receitas haviam subido 13,4%.

15 pb

Monetária ■ O BCE quer retirar o excesso de liquidez do mercado e vai reduzir o spread entre a taxa de referência para depósitos e a intrabancária para 15 pontos, ao contrário dos atuais 50. As mudanças surgem coma revisão ao quadro operacional do banco.

Desemprego na OCDE estável em janeiro

Laboral ■ A taxa de desemprego na OCDE manteve-se em 4,8% em janeiro. Em Portugal, o indicador também não variou em relação a dezembro, ficando em 6,5%, ou seja, acima da média do grupo e da zona euro, de 6,4%.

Banca financia compra de casa por estrangeiros

Imobiliário ■ A banca tem financiado cada vez mais compras de casas por estrangeiros. De acordo com o BdP, o peso destas compras no total aumentou de 8,06% em 2021 para 11,7% em 2023. Destaque para a subida de 28% junto dos cidadãos brasileiros.

À procura de Minerva

Necessidade de resultados rápidos



Pedro Braz Teixeira
Economista

Em primeiro lugar, é necessário rever todos os prazos absurdos que rodeiam as eleições.

Porque é que os emigrantes não votam antecipadamente, de modo a que os seus votos estejam contados em simultâneo com os residentes? Qual a vantagem de haver limites ao período em que pode haver dissolução do parlamento? Estamos mais protegidos por haver prazos definidos de forma burocrática do que pela eventual precipitação de um Presidente da República?

Que estes prazos têm custos é evidente, não podendo haver eleições entre Julho de 2025 e Março de 2026. Se não houver uma reviravolta eleitoral entretanto, a AD vai ter que formar um governo com urgência em apresentar resultados, sob pena de dois resultados negativos: acelerar ainda mais as próximas eleições, que deverão ser antecipadas; ter uma votação fraca na próxima consulta aos eleitores.

Tem que se acrescentar que o PSD despertou demasiado tarde da sua letargia na oposição, deixou o terreno livre para o Chega, sobretudo no campo da corrupção e, por isso, teve um resultado insuficiente.

Pedro Nuno Santos assumiu a derrota com uma urgência um pouco surpreendente, quase sugerindo que preferiu não ganhar as eleições. De qualquer forma esteve muito bem ao reconhecer, finalmente, que nem todos os eleitores do Chega são perigosos extremistas, mas antes eleitores zangados, cujas razões é preciso atender.

No entanto, não parece ter consciência que a incapacidade de haver acordos de regime entre o PS e o PSD é uma das principais razões para os fracassos do regime, cujos maus resultados estão a deixar tantos eleitores furiosos, incluindo os que já tinham desistido de votar há décadas e que agora voltaram às urnas.

O Chega permanece um mistério, parecendo mais interessado em conseguir o máximo de votação possível, sem apresentar qualquer solução digna desse nome para os problemas mais sérios e centrais, como a saúde, a educação, a habitação e a justiça. Vamos ver em que medida irá colaborar com a AD, apesar de não ser bem-recebido.

A IL não conseguiu crescer, o que deve ser considerado um certo fracasso, provavelmente pela forma como mudou de líder e como lidou com a candidatura de Carla Castro.

O BE não conseguiu ficar com um único dos mais de 40 deputados que o PS perdeu, nem recuperar para os 19 deputados que tinha conseguido quer em 2015, quer em 2019, o que é humilhante. O Livre estará a ocupar este espaço ideológico, tendo subido em vez do BE.